RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 12 de Novembro de 2026

Quem foi a ativista que criou o primeiro partido feminino do Brasil

"MULHER DO DIABO"

Terra

Leolinda de Figueiredo Daltro foi uma figura de destaque na história do feminismo no Brasil. Professora e ativista, ela fundou o primeiro partido político feminino do país, enfrentou a Igreja Católica e lutou pelo direito ao voto das mulheres em uma época em que tais reivindicações eram vistas como subversivas.

Nascida em 14 de julho de 1859, na Bahia, Leolinda começou sua carreira como professora, dedicando-se à educação dos povos indígenas. No entanto, sua atuação política se tornou mais visível a partir de sua militância pelo sufrágio feminino.

Leolinda casou-se jovem e teve dois filhos, mas o casamento não durou, o que a levou a buscar uma nova direção na vida, dedicando-se aos estudos e à carreira de professora. Aos 24 anos, em 1883, ela se casou novamente e se mudou para o Rio de Janeiro. Dessa união, nasceram mais três filhos.

Com uma personalidade determinada, ela passou a incomodar os setores mais conservadores da sociedade, em especial a Igreja Católica, que exercia grande influência sobre a moral e os costumes da época.

Mulher do diabo

Leolinda ganhou o apelido de “mulher do diabo” justamente por essa oposição frontal à igreja e por desafiar as convenções sociais. Ela se separou do primeiro marido, era ativa politicamente, acreditava na educação e também no voto feminino. O título pejorativo refletia o preconceito por parte dos grupos mais tradicionalistas, que a viam como uma ameaça à ordem estabelecida.

O apelido usado para atacá-la, ironicamente, reforçava a ideia de que ela era uma mulher à frente do seu tempo, disposta a questionar as estruturas de poder.

Partido Republicano Feminino

Em 1909, Leolinda decidiu buscar seu direito ao voto e tentou se registrar como eleitora. Ela se apoiou em uma interpretação da Constituição de 1891, que não mencionava de forma clara que as mulheres não podiam votar.

No entanto, embora a Constituição de 1891 garantisse o voto dos cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, o termo “cidadão” não era aplicado de maneira inclusiva na época. Ele se referia apenas aos homens, excluindo as mulheres desse direito.

No ano seguinte, em 1910, Leolinda fundou o Partido Republicano Feminino, uma organização pioneira que tinha como principal bandeira a luta pelo voto feminino. Era um passo ousado, pois o Brasil ainda estava

distante de reconhecer os direitos políticos das mulheres.

A criação do partido não só marcou a história política do país, como também trouxe à tona debates sobre o papel das mulheres na sociedade. Leolinda organizou manifestações, protestos e tentou dialogar com as autoridades para que o direito ao voto fosse estendido às mulheres. No entanto, seu movimento enfrentou forte oposição e foi desacreditado por muitos.

Leolinda chegou a se lançar como candidata à intendente em 1919, cargo conhecido como prefeito atualmente, tornando-se a primeira brasileira a concorrer nas eleições municipais. Em sua campanha, ela defendia a redução das desigualdades sociais e afirmava sua luta pelos direitos das mulheres. No entanto, sua candidatura não foi efetivada.

Apesar das dificuldades, ela continuou sua luta até o fim da vida. Embora o direito ao voto só tenha sido conquistado no Brasil em 1932, quase três décadas depois da fundação do Partido Republicano Feminino, a atuação de Leolinda foi essencial para abrir caminho para essa conquista.

Morte e legado

Leolinda de Figueiredo Daltro faleceu em 4 de maio de 1935, no Rio de Janeiro, em um acidente de carro.

Em 2003, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro criou o Diploma Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro. Assim, anualmente, dez mulheres são selecionadas para receber essa honraria, reconhecendo suas contribuições significativas na defesa dos direitos das mulheres.